

Ministério da Integração Nacional**GABINETE DO MINISTRO****DESPACHO DO MINISTRO**
Em 22 de outubro de 2015

Nº 49 - Processo Administrativo nº 28110.35.135/82. INTERESSA-DOS: Empresa CARBOMIL QUÍMICA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.645.062/0001-08 e o Ministério da Integração Nacional - Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos - DFRP. ASSUNTO: Recurso Administrativo com fulcro no art. 56 da Lei nº 9.784/99.

DECISÃO: Conheço do recurso e, no mérito, concedo-lhe provimento parcial, para considerar tempestivo o recurso administrativo protocolado pela Empresa sob o nº 59204.008387/2014-1, e alterar o enquadramento legal das irregularidades da Incentivada ao art. 12, §4º, inciso II, da Lei nº 8.167/1991, referente a projetos que poderão ser cancelados por terem tido suspensas as liberações dos recursos por período superior a seis meses consecutivos, em função de suas inadimplências para com o gestor do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor), nos termos do Parecer nº 301/2015/CONJUR-MIN/CGU/AGU. Restituam-se os autos ao DFRP/MI para adoção das providências cabíveis.

CARLOS ANTÔNIO VIEIRA FERANADES
Interino

**SECRETARIA DE FUNDOS REGIONAIS
E INCENTIVOS FISCAIS****RESOLUÇÃO Nº 19, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS - DFRP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 24 do Decreto Presidencial nº 8.161, de 18 de dezembro de 2013, e nos termos do art. 10, inciso VII, Seção III, do Capítulo III, do Anexo VIII, da Portaria nº 270, de 28 de julho de 2014, e da 2ª parte do art. 11 da Portaria nº 639, de 4 de abril de 2007, ambas do Ministério da Integração Nacional.

Considerando que a Empresa SANJAGRO - SANTA JÚLIA AGROPECUÁRIA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.721.932/0001-84, cujo projeto foi aprovado por meio da Resolução CONDEL/SUDAM nº 5.350, de 16 de dezembro de 1982, no âmbito da extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, e, posteriormente, enquadrado na sistemática de incentivos fiscais instituída pela Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, por intermédio da Resolução nº 7.630, de 15 de dezembro de 1992, com o objetivo de implantar um empreendimento voltado à exploração da pecuária bubalina de leite, no município de Primavera - PA, com aporte de recursos dos Fundos de Investimentos da Amazônia - Finam;

Considerando que, no curso do desenvolvimento do projeto, constatou-se a paralização das obras de implantação e a não apresentação dos documentos necessários à verificação da regularidade da aplicação da verba incentivada e à elaboração de um Relatório completo;

Considerando que a Empresa e, solidariamente, seus acionistas controladores infringiram o caput do art. 12, combinado com o art. 16, inciso I da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, incorrendo, entre outras, nas sanções previstas no §1º, I e II, art. 12 da mesma lei, bem como naquelas previstas por infringência ao art. 44, §§ 1º e 2º da Resolução Condel/Sudam nº 7.077, de 16 de agosto de 1991;

Considerando que a Empresa teve sua defesa escrita, recurso e revisão administrativos indeferidos, pois não apresentou alegações suficientes e (ou) relevantes capazes de demonstrarem que o projeto se encontra em situação de regularidade perante o Finam; e

Considerando que, no curso do Processo Administrativo Apuratório nº 59003.000039/2010-20, restou demonstrado que a conduta da Empresa e, solidariamente, de seus acionistas controladores configurou o desvio na aplicação de recursos do Finam;

Considerando a manifestação da Comissão Consultiva para os Fundos de Investimentos - CCFI/SFRI, por meio do Termo de Proposição de Manifestação nº 032, de 21 de outubro de 2015, resolve:

CANCELAR, de fato e de direito, por DESVIO na aplicação dos recursos dos incentivos fiscais do Finam aprovados, liberados e recebidos pela Empresa SANJAGRO - SANTA JÚLIA AGROPECUÁRIA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.721.932/0001-84, encaminhando cópia dessa decisão à Comissão de Valores Mobiliários, ao Ministério Público, a Receita Federal do Brasil no Estado do Pará e ao Banco Operador do Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam, para providências que couberem no âmbito de suas competências.

JOAQUIM ALFREDO DA CRUZ FILHO

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS - DFRP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 24 do Decreto Presidencial nº 8.161, de 18 de dezembro de 2013, e nos termos do art. 10, inciso VII, Seção III, Capítulo III, Anexo VIII da Portaria nº 270, de 28 de julho de 2014, e do caput do art. 11, primeira parte, da Portaria nº 639, de 4 de abril de 2007, ambas do Ministério da Integração Nacional.

Considerando que a Empresa DEMOSA - DENDÊ DO MOSQUEIRO S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.077.259/0001-45, cujo projeto foi originalmente aprovado por meio da Resolução Condel/Sudam nº 6.324, de 8 de outubro de 1986, no âmbito da antiga Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, e enquadrado na sistemática da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, mediante a Resolução nº 8.495, de 24 de abril de 1997, tendo como objetivo a implantação de um empreendimento agrícola, voltado à exploração da cultura do dendê, no município de Bujaru, no Estado do Pará;

Considerando que, no curso do desenvolvimento do projeto, por duas fiscalizações seguidas, constatou-se a não apresentação dos documentos necessários para o acompanhamento físico-contábil do empreendimento e a comprovação dos recursos liberados, a paralisação das atividades, o estado de semiabandono das inversões e o total desinteresse da Empresa em atender às solicitações da equipe técnica da Gerência Regional de Belém - GRB;

Considerando que a Empresa e, solidariamente, seus acionistas controladores infringiram o caput do art. 12, combinado com o art. 16, inciso I da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, incorrendo, entre outras, nas sanções previstas no §1º, I e II, art. 12 da mesma lei, bem como naquelas previstas por infringência ao §1º, art. 44 da Resolução Condel/Sudam nº 7.077, de 16 de agosto de 1991;

Considerando que a Empresa teve sua defesa escrita indeferida, por não apresentar argumentos capazes de demonstrar a regularidade do Empreendimento e, novamente, na fase recursal, não obteve êxito em afastar as irregularidades que lhe foram imputadas; e

Por fim, considerando a manifestação da Comissão Consultiva para os Fundos de Investimentos - CCFI/SFRI, por meio do Termo de Proposição de Manifestação nº 31, de 21 de outubro de 2015, resolve:

CANCELAR, de fato e de direito, por desvio na aplicação de recursos, os incentivos fiscais do Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam aprovados, liberados e recebidos pela Empresa DEMOSA - DENDÊ DO MOSQUEIRO S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.077.259/0001-45, encaminhando cópia dessa decisão à Comissão de Valores Mobiliários, à Receita Federal do Brasil no Estado do Maranhão, ao Ministério Público Federal no Estado do Maranhão e ao Banco Operador do Finam, para a adoção das providências cabíveis no âmbito de suas competências.

JOAQUIM ALFREDO DA CRUZ FILHO

PORTARIA Nº 213, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
RS	Canoas	Granizos - 1.3.2.1.3	422	15/10/15	59508.600112/2015-91
RS	Rio Grande	Granizos - 1.3.2.1.3	13.552	23/09/15	59508.600113/2015-36

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

**SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO
DA AMAZÔNIA
DIRETORIA COLEGIADA****RESOLUÇÃO Nº 45, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015**

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, IV do Anexo I- Estrutura Regimental da SUDAM - Capítulo III - Seção I, aprovada pelo Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014, considerando a necessidade de alteração de competências específicas dos cargos de Assessor e Assessor técnico do Superintendente no Regimento Interno da Sudam, resolve:

Art. 1º O artigo 59 do Anexo I da Resolução nº 33 de 29 de outubro de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

I- assistir o Superintendente nas atividades parlamentares de interesse da Sudam;

II- assistir o Superintendente nas matérias de interesse da Sudam junto aos Ministérios e demais órgãos da Administração Pública Federal;

III- representar o Superintendente em reuniões e eventos junto à Câmara dos Deputados, Senado Federal, Poder Executivo e demais instituições;

IV- acompanhar, junto à Casa Civil e aos demais órgãos da Administração Pública Federal, a tramitação de Medidas Provisórias, Decretos e outros atos normativos de interesse da Sudam, mantendo atualizada a sua tramitação;

V- atender requisições de informação por parte de parlamentares;

**SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO
E DEFESA CIVIL****PORTARIA Nº 211, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015**

Reconhece situação de emergência no Município de Itatim/BA

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 077, de 05 de outubro de 2015, do Município de Itatim,

Considerando a Homologação do Estado pelo Decreto Estadual nº 16.376, de 20 de outubro de 2015,

Considerando ainda as demais informações constantes no processo nº 59508.600111/2015-47, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de estiagem, COBRA-DE: 1.4.1.1.0, a situação de emergência no Município de Itatim/BA.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 212, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

Reconhece situação de emergência no Município de Alfredo Wagner/SC

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 4025/2015, de 28 de setembro de 2015, do Município de Alfredo Wagner,

Considerando a Homologação do Estado pelo Decreto Estadual nº 396, de 09 de outubro de 2015,

Considerando ainda as demais informações constantes no processo nº 59508.600110/2015-01, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de Enxurradas, COBRA-DE: 1.2.2.0.0, a situação de emergência no Município de Alfredo Wagner/SC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

VI- consolidar, mediante consulta às áreas técnicas, manifestações da Sudam sobre proposições que tramitem no Congresso Nacional, com vistas à defesa dos seus objetivos;

VII- acompanhar e divulgar os pronunciamentos parlamentares sobre assuntos da área de competência da Sudam;

VIII - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Superintendente.

Art. 2º O artigo 60 do Anexo I da supracitada Resolução passa a vigorar com a seguinte redação:

I- coordenar, acompanhar e executar as atividades necessárias ao apoio técnico do Gabinete do Superintendente;

II- elaborar os expedientes de ordem técnica e outros atos de interesse do Gabinete do Superintendente;

III- conferir, examinar e revisar textos, documentos e processos encaminhados ao Superintendente;

IV- examinar e consolidar as informações a serem prestadas aos órgãos de controle interno e externo;

V- subsidiar de informações técnicas a elaboração dos pronunciamentos do Superintendente;

VI - preparar material audiovisual a ser utilizado em eventos pelo Superintendente.

VII- exercer outras competências que lhe forem atribuídas pelo Superintendente.

Art. 3º O artigo 61 do Anexo I da supracitada Resolução passa a vigorar com a seguinte redação:

I- quando se tratar de matéria em caráter de urgência, que implique em prejuízo ao atingimento das metas previstas para o desenvolvimento da Amazônia, conforme estabelecido no Plano Regional de Desenvolvimento e na Lei Orçamentária Anual; e

II- quando, para a reunião da Diretoria Colegiada, não for possível alcançar o número mínimo de Diretores, estabelecido no art. 8º do Decreto nº 8.275, de 27.06.2014.